

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.713 - MG (2019/0284754-8)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : NILTON TOMAZ SAMPAIO  
**ADVOGADOS** : RODRIGO RODRIGUES QUEIROZ CASTRO - MG097395  
BRUNO GONCALVES CLAUDINO - MG154622  
SEBASTIAO RENATO RODRIGUES FARIA - MG150944  
MARIANA FERRARI BISELLI DE OLIVEIRA - MG146015  
EDIELES DE OLIVEIRA MAIA E OUTRO(S) - MG116110N  
**RECORRIDO** : EDMO FERREIRA MIRANDA - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : SIRLEY SILVA DIAS - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : ADERCIONA FÁTIMA DE URZEDO - MG094727

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. OBSERVÂNCIA.

1. Cuida-se, na origem, de ação declaratória de nulidade e inexigibilidade de títulos de crédito (cheques).
2. Consoante a jurisprudência do STJ, não ocorre ofensa ao princípio da dialeticidade quando se possa extrair das razões recursais os motivos pelos quais a sentença ou decisão recorrida deva ser reformada, ainda que haja mera reprodução dos argumentos da petição inicial ou da contestação. Precedentes.
3. Hipótese dos autos em que há a necessária correlação entre as razões do agravo de instrumento e a decisão interlocutória do juiz do 1º grau de jurisdição.
4. Recurso especial conhecido e provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por NILTON TOMAZ SAMPAIO, com fundamento, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 02/05/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 24/09/2019.

**Ação:** declaratória de nulidade e inexigibilidade de títulos de crédito (cheques), ajuizada pelo recorrente em face de EDMO FERREIRA MIRANDA - ESPÓLIO, representado por SIRLEY SILVA DIAS - INVENTARIANTE.

**Decisão interlocutória:** indeferiu a produção de prova pericial

**Acórdão:** por maioria, não conheceu do agravo de instrumento interposto pelo recorrente, ante a violação do princípio da dialeticidade, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 201):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE E EXIGIBILIDADE DE TÍTULO PÚBLICO - ALEGAÇÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DA DECISÃO - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - INOBSERVÂNCIA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1- A ausência de ataque ao fundamento básico da decisão, que implicou a improcedência do pedido, caracteriza desatendimento ao disposto no inciso III, do artigo 932, do Código de Processo Civil de 2015, resultando no não conhecimento do recurso interposto.

2- Recurso não conhecido".

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 932, III, e 1.015, VI, do CPC/15, sustentando que: (i) a mesma decisão interlocutória indeferiu o pedido de produção de prova pericial e o pedido de exibição de documentos; (ii) a irresignação do agravo de instrumento limitou-se ao pedido de exibição documental, o que não foi abordado no acórdão recorrido.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da ausência de violação do princípio da dialeticidade**

Consoante a jurisprudência do STJ, não ocorre ofensa ao princípio da dialeticidade quando se possa extrair das razões recursais os motivos pelos quais a sentença ou decisão recorrida deva ser reformada, ainda que haja mera reprodução dos argumentos da petição inicial ou da contestação. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.029.449/SP, 3ª Turma, DJe 01/09/2017; REsp 1.324.308/PR, 3ª Turma, DJe 26/02/2016 e AgRg no AREsp 184.633/SP, 4ª Turma, DJe 10/06/2015.

Na hipótese dos autos, consoante asseverado no voto vencido do acórdão recorrido, o ora recorrente, em seu agravo de instrumento, apresentou motivação suficiente para a reforma da decisão do 1º grau de jurisdição quanto ao tópico relativo à produção de prova documental (exibição de cheques em poder da

parte adversa).

Inclusive, restou registrado no voto que a referida decisão interlocutória não versou apenas sobre a prova pericial - como equivocadamente entendeu o voto da maioria -, tendo sido abordado, também, o tema relativo à prova documental.

A propósito, convém conferir os termos da decisão agravada:

"AUTOR: MILTON TOMAZ SAMPAIO, RÉU: ESPÓLIO DE EDMO FERREIRA MIRANDA => Devidamente intimadas para especificarem provas, **a parte autora requereu prova documental e pericial**, enquanto que a parte ré postulou pela prova testemunhal e depoimento pessoal (Fls.102/105) Em análise dos autos, a questão fática que recairá a atividade probatória será a cobrança de juros ilegais (prática de usura) no valor tomado por empréstimo pelo requerente. Com efeito, a prova pericial requerida pela parte autora não se mostra útil para o deslinde da causa, pois a evolução do débito pode ser feita por mero cálculo aritmético. Nesse panorama, é pertinente e necessário ao julgamento do mérito a produção das provas documental e oral. **O momento para produção da prova documental ocorreu com a a apresentação da inicial e da contestação. Art. 434 CPC. Ademais a prova do alegado incumbirá ao requerente, conforme 373, I do CPC.** Assim sendo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16/10/2019, às 16:00 horas. Intimem-se as partes para depoimento pessoal, constando do mandado o Adv - BRUNO GONCALVES CLAUDINO, HIGOR MAYKE DE QUEIROZ, EDIELES DE OLIVEIRA MAIA, SEBASTIAO RENATO RODRIGUES FARIA, MARIANA FERRARI BISELLI DE OLIVEIRA, ADERCIONA FATIMA DE URZEDO (e-STJ fl. 208, grifos nossos).

De outro turno, constou nas razões do agravo de instrumento:

"O juiz a quo indeferiu a apresentação das vias originais dos títulos, sob argumento do que "O momento para produção da prova documental ocorreu com a a apresentação da inicial e da contestação. Art. 434 CPC." - ff.108 dos autos.

**Ora Nobres Julgadores, não seria razoável indeferir a apresentação de documentos, após a apresentação da contestação, somente pelo argumento de que a parte Agravada deveria ter apresentado as vias originais dos documentos no momento da contestação.** É evidente que a parte Agravada não apresentaria as vias originais, por livre iniciativa, vez que, além de comprovar os pagamentos parciais realizados pelo Agravante, também comprovam a prática de agiotagem pelo mesmo, o que, acarretaria na nulidade dos cheques.

[...]

**Assim, Nobres Julgadores configurado está o dever do Agravado de apresentar os títulos, dada a necessidade da exibição dos documentos para comprovação de pagamentos e prática de agiotagem pelo agravado, sob pena de serem considerados como válidos todos os argumentos da inicial.**

Evidenciamos ainda que, sequer foi determinado pelo juiz *a quo* a intimação do Agravado em relação ao pedido de apresentação dos documentos, indo a decisão ora Agravada totalmente na contramão das disposições do Código de Processo Civil (e-STJ fls. 11, grifos nossos).

Como se observa, houve a necessária correlação entre as razões do agravo de instrumento e a decisão do juiz de piso.

Assim, tem-se por satisfeita a exigência da dialeticidade recursal, a impor o acolhimento do presente recurso.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para reconhecer a satisfação do princípio da dialeticidade recursal na hipótese dos autos. Por consequência, determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que prossiga no exame do agravo de instrumento interposto por NILTON TOMAZ SAMPAIO, à luz do devido processo legal.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora